



O CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO MÉDIO ALTO URUGUAI DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL **Uma Análise sobre a atuação do CODEMAU na perspectiva dos seus membros no ano de 2015**

**Claudia Cristina Wesendonck
Pedro Henrique Müller Amorim
Josiane Carla Moreira Guimarães Amorim
Gonçalo Miguel Banaseski**

Resumo

O objetivo da pesquisa é demonstrar na percepção dos representantes da sociedade de que forma se poderia otimizar a atuação do CODEMAU. Para tanto, fez uso de pesquisa de caráter qualitativa apoiada em dados documentais e bibliográficos, realizada através do método indutivo-dedutivo, analisando dados oriundos de 70 questionários oriundos do trabalho de tese de doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio no ano de 2015, os questionários foram divididos em 4 blocos de perguntas que foram respondidas de forma descritiva pelos membros os quais foi resguardado o sigilo dos participantes e os mesmos serão chamados de Membros do CODEMAU. Para análise dos dados foi utilizado método de recorte textual para demonstrar a real percepção que os agentes possuem quanto ao CODEMAU. Todavia, o CODEMAU cumpre papel de orientador de investimentos do governo do Estado em áreas a nível local e regional. O CODEMAU possui representantes de diferentes segmentos sociais com carências sociais oriundas dos 22 municípios que o compõem. Diante da sua importância buscou-se saber as percepções dos membros do conselho quanto a sua atuação. Percebeu-se que os membros do CODEMAU possuem conhecimento das necessidades regionais para o desenvolvimento, entretanto as verbas que vêm do governo são direcionadas para ações específicas, engessadas, inviabilizando o destino orçamentário as reais necessidades regionais, a não ser pré-estabelecido pelo Governo Estadual.

Palavras-chave: Conselho Regional de Desenvolvimento. Membros. Desenvolvimento Regional.

INTRODUÇÃO

Quando mensura-se sobre o processo de desenvolvimento regional no Estado do Rio Grande do Sul, o processo participativo, a consulta popular, a aplicação de recursos públicos e a definição de setores para investimentos públicos como 'prioritários', é impossível não abrir a discussão acerca aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE's).

Estes conselhos foram criados através da lei nº10.283/1994, os COREDE's de forma geral buscam o desenvolvimento regional econômico, sustentável e harmonioso entre os municípios que compõem o recorte territorial, e essa interação dos municípios se daria através de ações a nível regional que deveriam garantir qualidade de vida significativa, estímulo financeiro e auxílio a permanência dos indivíduos nessas regiões. Os atuais 28 COREDE's possuem recortes territoriais com seus municípios com características próprias, os quais são ligados pelo



direcionamento de políticas públicas e ações privadas que devem seguir para alcançar o almejado desenvolvimento regional de forma harmônica e sustentável.

Entre os 28 COREDE's há o Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai – CODEMAU, o 9º conselho criado no Estado no ano de 1992, o qual localiza-se ao Norte do estado do Rio Grande do Sul, fazendo divisa com o Estado de Santa Catarina e os COREDE's Celeiro, Rio da Várzea e Norte. Este conselho é composto por representantes de 22 municípios e sua atuação abrange uma população total de 151.357 mil habitantes, sendo 54,74% residentes no meio urbano e 45,26% no meio rural, nele são discutidas e priorizadas políticas que atendam as necessidades regionais dos municípios (IBGE, 2017, CODEMAU 2016).

Diante da ampla representação do CODEMAU e sua missão de promover ações que visem o desenvolvimento dos municípios ele abrangidos, foi prevista a necessidade de participação de todos os segmentos da sociedade para a definição de orientações orçamentárias e prioritárias na atuação do governo de Estado. Devido à importância do tema se constitui a seguinte problemática “qual a percepção que os representantes dos segmentos sociais têm do papel e atuação do Conselho Regional de desenvolvimento do Médio Alto Uruguai?”, essa problemática da pesquisa serve para evidenciar as potencialidades e fraquezas que podem ser melhor trabalhadas na atuação do CODEMAU.

O objetivo da pesquisa é demonstrar na percepção dos representantes da sociedade de que forma se poderia otimizar a atuação do CODEMAU, entretanto para alcançar esse objetivo a pesquisa deve passar por pontos específicos como apresentação do CODEMAU e os segmentos sociais envolvidos no seu funcionamento; destacar a percepção dos membros do CODEMAU em pontos considerados essenciais para o desenvolvimento regional; e apresentação das áreas que devem ter mais atenção na atuação do CODEMAU conforme seus próprios membros.

A pesquisa de caráter qualitativo apoiada em dados documentais e bibliográficos, fez sua coleta de dados através de questionário oriundo do trabalho da tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócios pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE no ano de 2015, intitulada como “Desenvolvimento Regional no Médio Alto Uruguai Percepções, Impasses e Alternativas”, esses questionários são divididos em 4 blocos



de perguntas que foram respondidas de forma descritiva pelos membros de diferentes segmentos que compõem o CODEMAU, foi resguardado o sigilo dos participantes na aplicação dos questionários e o mesmos serão chamados de Membro do CODEMAU na análise dos dados. Assim os blocos de perguntas aplicadas junto aos membros do CODEMAU foram as seguintes:

- 1) Qual é sua percepção de desenvolvimento regional, impasses e alternativas, a partir da atuação do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (CODEMAU)?
- 2) Você acha que os membros e gestores do CODEMAU tem a percepção dos reais problemas da região? E na sua concepção qual seria a principal problemática da região entre saúde, educação e emprego e renda e por que?
- 3) Quais são as principais estratégias de desenvolvimento regional do CODEMAU para reverter a(as) problemática(as) do desenvolvimento econômico regional e o impacto de suas ações na sua área de abrangência?
- 4) Na sua concepção quais são os pontos positivos e negativos das políticas de desenvolvimento regional na região do CODEMAU e a efetividade das suas intervenções?

Através das respostas dadas pelos membros do CODEMAU é que se fez a análise dos dados, utilizando-se o método do recorte textual para melhor demonstrar a real percepção que os agentes possuem quanto ao conselho. Percebe-se assim que o trabalho é relevante a nível regional, uma vez que somente os dados e números, muitas vezes omitem reais necessidades de ações de urgência e organização do CODEMAU, também porque a aplicação do questionário possibilitou fazer uma ligação entre “Desenvolvimento Regional – Segmentos Sociais - Ações Práticas do CODEMAU”, com características de pesquisa social qualitativa. Desta forma inicia-se a base teórica da pesquisa apresentando a importância e definições das teorias de desenvolvimento e o conceito de desenvolvimento regional, demonstrando para o objetivo para quais os COREDES como o CODEMAU, foram criados suas funções e atuação. Em seguida a pesquisa faz a análise das entrevistas onde se evidenciam os principais problemas e necessidades do CODEMAU, por fim as conclusões indicando em quais fatores a atuação o CODEMAU deveriam ser otimizadas.



DEFINIÇÕES E ELEMENTOS DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O termo desenvolvimento configura-se como um processo, o qual carrega consigo a relatividade, pois seu conteúdo está em contínua transformação e embora suas características não sejam necessariamente controversas, a explicação das causas e mecanismos que engendram tais processos certamente o são.

Esse termo também é entendido como um estágio ou um objetivo, o que acaba por assumir funções avaliativas e normativas. Desenvolvimento pode ser definido como sendo um processo positivo de mudanças, que venha a qualificar, adequar e melhorar o entorno, o local, a região. Um processo de mudança estrutural, caracterizado pela dinamização socioeconômica, favorecendo o empoderamento da sociedade civil organizada, na construção da cidadania e de meios inovadores de participação e da inserção social no direcionamento e planejamento do desenvolvimento local e regional. O conceito de desenvolvimento se configura como um processo positivo de mudanças, no qual há somente duas possibilidades: mudanças quantitativas ou qualitativas. No caso de mudanças quantitativas, o processo se dá pela apropriação e incorporação de elementos pré-existentes levando a uma ampliação ou aumento daquilo que já existe. No caso de mudanças qualitativas, o processo se dá por meio da assimilação, adaptação, escolha e mudança, levando a uma situação mais favorável que a anterior (SIEDENBERG, 2012).

Desenvolvimento é um processo social dos indivíduos, e essas experiências positivas de desenvolvimento, podem e devem ser replicadas às demais regiões. Os indivíduos têm liberdade de escolher modelos de desenvolvimento para sua região, pois é no exercício da sua cidadania que a sociedade civil participa, e, pode trazer contribuições para o processo de desenvolvimento.

Assim, o “desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas usufruem” (SEN, 2000, p. 54). Ainda para o autor do processo de desenvolvimento não pode ser avaliado apenas sob uma vertente, em um viés simplista que o conceito de crescimento o fornece, quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) e à renda. Pois, a sociedade deve ser conhecedora das suas liberdades de escolhas, de qualidade de vida e inserção social, exemplos estes, que colocam em questionamento uma análise realizada apenas com o viés de crescimento, ao mesmo tempo em que fornece argumentos à teoria do desenvolvimento como liberdade. Pois,



para Sen (2000, p. 18) “o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica, e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas”.

A liberdade de escolha que provém dos acordos institucionais pode ser influenciada pela conduta dos próprios atores do desenvolvimento, com a possibilidade de poder escolher e participar do direcionamento de políticas públicas, e, ainda, do planejamento do orçamento público. Deve-se lembrar das imposições do próprio mercado, que torna restrita a participação, pois para Sen (2000), liberdade de troca e transação é em parte essencial as liberdades básicas que as pessoas têm razão de valorizar.

A capacidade dos atores do desenvolvimento em pesquisar e gerar projetos, demandas e ações que busquem impulsionar o desenvolvimento de uma região, deve-se ao conhecimento agregado de cada indivíduo. Como exemplo, tem-se o capital humano e o capital social. O capital humano é definido como o montante de investimento que uma nação ou indivíduos fazem na expectativa de retornos adicionais futuros (SCHULTZ, 1973).

De acordo com Boisier (2006), o processo de desenvolvimento passou por uma mudança socioestrutural, delimitado em um espaço territorial (local ou regional), e pela sua própria escala. Assim o processo é caracterizado pelo viés endógeno, ou seja, de dentro para fora, o qual pode ser pela sua autonomia, seu reinvestimento, sua inovação ou pela sua identidade. Tal como, pelo papel dos recursos, especialmente do humano, dos atores do desenvolvimento e dos agentes desse processo de mudança, em especial pelas suas relações, pela cultura existente no recorte territorial, que é fruto da sinergia dos próprios grupos ali inseridos e de cada um dos indivíduos que fazem parte do meio.

Ainda, a temática acerca do processo de desenvolvimento, trata-se de uma questão que deve ser amplamente discutida e divulgada, pois remete a fatores de ordem econômica, política, social, ambiental e cultural da comunidade de um determinado local ou região. Também pode ser interpretada sob inúmeras maneiras, dependendo do caráter ideológico do pesquisador. O fator preponderante levado em conta é o foco em um planejamento estratégico de ordem política que fomente o desenvolvimento, tanto em esfera local, regional, estadual ou nacional.



Enfim, quanto ao processo positivo e dinâmico de mudanças que é o desenvolvimento, salienta-se que, para sua dinamização, deve ocorrer a abertura de espaços onde a democracia e o exercício da cidadania são fomentados. Tal como, o empoderamento da sociedade civil organizada e das próprias comunidades, isto é, que as regiões assumam um papel ativo e criativo no desenho do seu próprio futuro. Todos esses detalhes indicam a consolidação de um novo paradigma de ação territorial, no qual diálogos, negociações e vínculos contratuais entre os atores do desenvolvimento são uma característica básica e latente (FRIEDMANN, 1999).

DO COREDE AO CODEMAU

Os COREDES foram criados no Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1991 e instituídos formalmente em 1994. Até o ano de 2016 existiam 28 COREDES atuando como fóruns de discussão da sociedade e órgãos auxiliares de planejamento regional, por meio de ações como a “consulta popular”. Tais fóruns são espaços abertos de construção de parcerias sociais e econômicas, em escala regional, por meio da articulação política dos interesses locais e setoriais, em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões (COREDES, 2010).

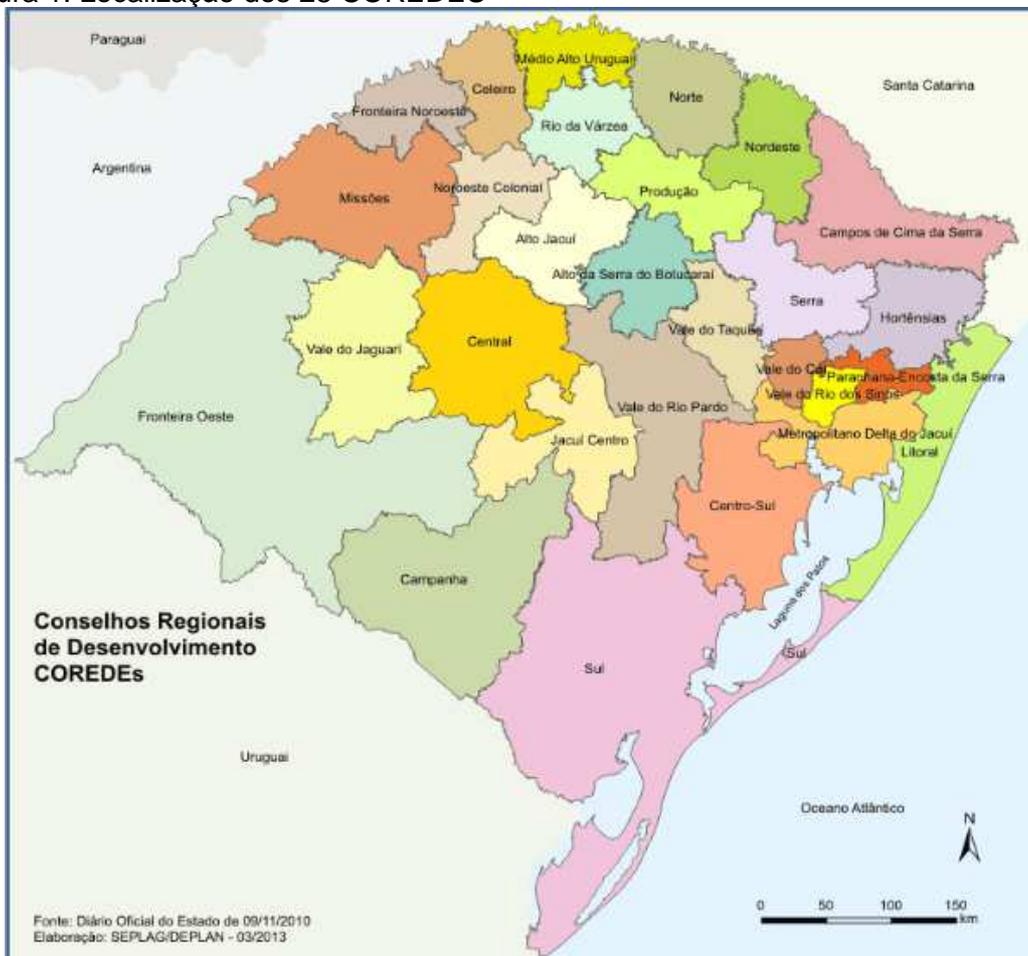
Trata-se de uma instância intermediária entre Governo Estadual e municipal, espaço para a democracia e a governança, no qual, atores do desenvolvimento socioeconômico podem discutir sobre o planejamento da sua região e propor alternativas e ações em prol do desenvolvimento regional (BANDEIRA, 1999).

A experiência dos COREDES no Estado do Rio Grande do Sul, em especial o CODEMAU, é um processo cujo a implementação de políticas públicas buscou uma melhor articulação da sociedade civil e do Estado, em prol da melhoria da qualidade de vida local e do desenvolvimento regional.

Todavia, políticas públicas de desenvolvimento regional visam o desenvolvimento de ações de equidade interregional em prol do desenvolvimento socioeconômico das regiões, através da agregação de valores e de inovações, com fomento à pesquisa e ao desenvolvimento e crescimento das instituições e de unidades de transformação. Para tanto segue na Figura 1 a localização dos 28 COREDES ao longo do território do Estado do Rio Grande do Sul.



Figura 1: Localização dos 28 COREDES



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Socioeconômico (2016).

Destaca-se ainda que além da divisão estadual em 28 COREDES, houve a divisão dos COREDES em 9 regiões funcionais como demonstra Coelho (2010, p.29):

Em 2006 a Secretaria do Planejamento e Gestão do Governo Estadual concluiu o “Rumos 2015”, profundo estudo sobre a regionalização e a questão de transportes e logística no RS, elaborado através de consultoria contratada e técnicos de diversos órgãos do Estado, amplamente discutido com os COREDES. Nele é introduzido o conceito de “regiões funcionais de planejamento”. São indicadas nove, guardando cada uma delas coerência com a divisão espacial dos COREDES e compreendendo um ou mais COREDES na sua área de abrangência. Esta divisão intermediária – entre a unidade estadual e as atuais 28 microrregiões dos COREDES – tem como objetivo facilitar a regionalização de políticas e órgãos públicos e agregar microrregiões com alguma identidade comum.



Esse estudo serviu para que as políticas e ações dirigidas as regiões fossem de certa forma otimizadas fazendo com que os COREDES se organizassem conforme suas características, ou seja, como se elegessem alguns pontos que poderiam potencializar o desenvolvimento almejado, O CODEMAU ficou pertencendo à Região Funcional de Planejamento número 09, juntamente com os COREDES das regiões do Rio da Várzea, Norte, Nordeste, Produção e Alto da Serra do Botucaraí.

O CODEMAU como já apresentado na introdução é composto por representantes de 22 municípios e sua atuação abrange uma população total de 151.357 habitantes, sendo 54,74% residentes no meio urbano e 45,26% no meio rural, o CODEMAU está situado no Norte do Estado do Rio Grande do Sul, fazendo divisa com o Estado de Santa Catarina, sendo que a região é formada por municípios de pequeno porte, onde o mais populoso e também sede do conselho é o município de Frederico Westphalen que possui cerca de 30 mil habitantes (IBGE, 2017).

Na área do CODEMAU, a economia regional é focada na pequena agroindústria, agricultura familiar, prestação de serviços e comércio em geral. A região possui a maior concentração de minifúndios do Estado do Rio Grande do Sul. Possui 20.457 estabelecimentos rurais, totalizando 326.843 hectares, com uma média de 15,98 hectares por propriedade, predominando a agricultura familiar e evidenciando sua aptidão no setor agrícola. Com características rurais, a participação da agropecuária na economia da região é superior à média estadual. A indústria de transformação, com pouca participação na economia local, restringe-se ao beneficiamento de produtos primários (SEPLAG, 2016; IBGE, 2017).

O CODEMAU foi instalado em 1992, sendo organizado e constituído com base na localização geográfica. Participam e são membros os representantes dos Poderes constituídos em nível municipal, estadual e federal, com sede na respectiva região, os representantes das câmaras de vereadores, parlamentares com domicílio eleitoral na região, bem como organizações de natureza pública ou privada, com ou sem fins econômicos, e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDES) (CODEMAU, 2016).

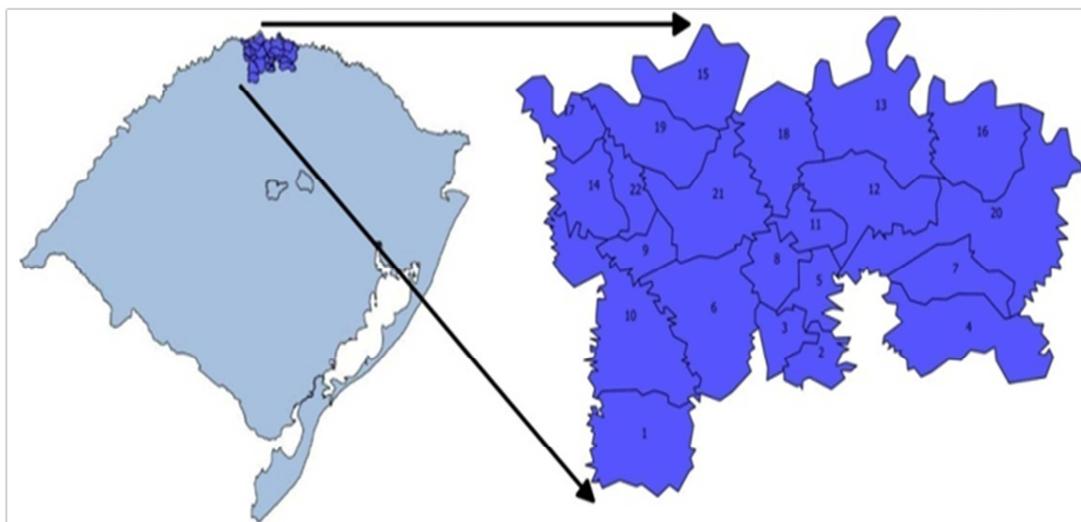
Os 22 municípios que compõem a região do Médio Alto Uruguai, são (1)¹ Dois Irmãos das Missões, (12) Planalto, (2) Novo Tiradentes, (13) Alpestre, (3) Pinhal, (14) Palmitinho, (4) Trindade do Sul, (15) Vicente Dutra, (5) Rodeio Bonito, (16) Rio dos

¹ Os parênteses se referem ao posicionamento do município dentro da figura 2.



Índios, (6) Seberi, (17) Pinheirinho do Vale, (7) Gramado dos Loureiros, (18) Iraí, (80) Cristal do Sul, (19) Caiçara, (9) Taquaruçu do Sul, (20) Nonoai, (10) Erval Seco, (21) Frederico Westphalen, (11) Ametista do Sul, (22) Vista Alegre. Atendidos pelo CODEMAU, apresentados na Figura 2 considerando sua localização e abrangência dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 2: localização Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (CODEMAU)



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em CODEMAU (2016).

Diante de toda a apresentação e posicionamento do leitor quanto a importância e o porquê foram criados os COREDE's, e especialmente o CODEMAU, parte-se para a análise dos dados coletados nos questionários descritivos aplicados aos representantes membros do CODEMAU.

O CONDICIONAMENTO DA ATUAÇÃO DO CODEMAU AS CONDIÇÕES IMPOSTAS PELO ESTADO

Na vida como sujeitos deliberativos, há necessidade de se tomar decisões, sejam elas fáceis ou complexas, são essas decisões que irão ditar os rumos que iremos seguir, esta analogia introdutória se relaciona com a situação dos membros do CODEMAU, visto que as decisões deles não só afetam a vida deles como também a



de uma região inteira, porém essas deliberações não são confortáveis visto que por vezes além de complexas parecem não surtir os efeitos almejados a nível regional, isto é visto na abordagem que o Membro 1 faz:

Membro 1: Entendo que o fato da existência do Conselho não significa desenvolvimento. É apenas uma estrutura para discutir pequena parcela do orçamento do Estado, justificando a participação social no orçamento. Além do mais os poucos recursos destinados para discussão via Consulta Popular, são disputados e aplicados em projetos definidos.

Diante do exposto acima, parece que o membro do CODEMAU, percebe que existe uma falsa gerência nas decisões, ou seja, as dotações orçamentárias além de insuficientes já vêm com uma definição prévia de onde serem investidas, não adiantando as discussões pois já estavam pré-estabelecidos. Essa amarração orçamentária é feita pelo Estado, que por sua vez é constantemente lembrado pelos membros do CODEMAU, assim seria como se o Estado pedisse a opinião da sociedade, mas controla-se a liberdade de direcionamentos desses poucos recursos, toda essa situação/atuação do Estado é perceptível nas abordagens do Membro 2 e Membro 3:

Membro 2: O CODEMAU, em que pese sua capacidade, está muito dependente das ações propostas, pelos governos que se sucedem no Estado. Como conselho ele pode ser muito mais proativo, devendo ser um agente provocador dos debates dos grandes temas de interesse regional.

Membro 3: Penso que os COREDES se constituem nas principais instituições articuladoras no estado das políticas de desenvolvimento regional, conseguem dialogar com a sociedade civil organizada e com as instituições governamentais. Porém, os impasses se localizam na execução das ações mais amplas a nível regional e estadual, tanto na esfera pública quanto na privada. As políticas de investimentos do governo do estado, até o momento, pouco se utilizam dos estudos realizados pelos COREDES, são guiadas na maioria das vezes pelos projetos de governo, cuja a continuação sofre ruptura a cada eleição.

A dependência que o CODEMAU tem das ações do Estado, não são vistas de forma positiva por seus membros, acreditam que seria necessária uma independência maior para a definição do que priorizar e onde investir nas ações em nível de região pelo governo do Estado. O Membro 3, demonstra haver descaso com os estudos feitos pelos COREDES, pois as ações vêm em um pacote fechado, outro problema é a rotatividade política que ocorre no governo do Estado, isso afeta as demandas



continuas, pois, os governos ingressam no poder com seus planos de governo já elaborados e geralmente herdamos dos gestores anteriores um Estado em calamidade financeira, dificultando o desenvolvimento regional do CODEMAU. Esta sensação de condicionamento ao Estado faz transbordar uma outra sensação a de frustração por não atingir o desenvolvimento necessário, isto é visto nas colocações dos Membro 4 e Membro 5:

Membro 4: minha percepção é que a região se desenvolveu nos últimos 10 anos, um ritmo maior do que em décadas anteriores, porém menor que o necessário.

Membro 5: o desenvolvimento em seu conceito popular está muito ligado a criação de empreendimentos que possam gerar renda ou ganhos de capital.

Os Membros do CODEMAU entendem que houve desenvolvimento, além da média, porém aquém daquilo que conduziu o CODEMAU a ser referência regional nos fatores de desenvolvimento, o que chama a atenção é a associação do desenvolvimento ao “conceito popular” a questão de capital, como o pensamento social fosse da seguinte forma, só haveria desenvolvimento se houvesse geração de capital. Assim para desapego da ideia de só haver desenvolvimento com a geração de riqueza, e elevar o desenvolvimento a encontro do capital social é trazida por Bilert *et al* (2011, p.3) a seguinte abordagem:

Salienta-se que durante muito tempo a abordagem econômica considerava que os fatores condicionantes para o desenvolvimento econômico era a terra – capital natural, capital – aqui fazendo menção aos recursos financeiros, e trabalho – capital humano. Neste sentido, nota-se nesta abordagem que a variável social não era um fator condicionante ao desenvolvimento, porque a maior parte dos estudos direcionados ao capital social estava atrelado a estudos meramente sociológicos. Todavia, após constatações e o reconhecimento de que o desenvolvimento atrelado apenas ao capital natural, financeiro e humano, não estava condizente com as necessidades desenvolvimentistas promulgadas, surgiu a necessidade de referenciar o capital social. Admite-se, assim, que na atualidade o conceito de capital social possui contribuições tanto da sociologia, como da economia, geografia e também da política.

Com essa ideia fica clara que as diretrizes para o desenvolvimento não passam apenas por questões de terra e econômicas, existe a questão do capital social onde o desenvolvimento deveria atingir a todos, e não apenas pequenos grupos detentores dos meios de produção. Existência de um capital social forte ajudaria a



superar problemas sociais e a impulsionar o desenvolvimento de forma harmônica com capital econômico e natural.

IDENTIFICANDO OS PROBLEMAS NA REGIÃO DO CODEMAU

A expressão problemas é carregada de uma negatividade, identificar problemas parece ser mais complexo ainda, pois primeiro tem que se observar e analisar para depois dizer o que não está certo, os membros do CODEMAU também devem fazer isso, de uma forma mais completa, pois se observando e analisando já é possível, quando se faz parte do órgão operador no caso o CODEMAU (mesmo que de forma engessada pelo Estado como foi demonstrado) proporciona aos membros maior propriedade para explorar e apresentar os problemas na atuação do CODEMAU.

Para os membros do CODEMAU os problemas estão envolvidos em todas as áreas que o segundo bloco de perguntas disponibilizou, começando pela educação é visível que os membros reconhecem que existe na região cursos superiores para atender a demanda, porém a crítica está na forma como estes cursos são disponibilizados e conduzidos, como observam o Membro 6 e Membro 7:

Membro 6: {...}a educação no ensino médio e nas universidades não está voltada para o empreendedorismo, o que poderia a médio e longo prazo melhorar as oportunidades de trabalho e renda. Observo que há nas universidades uma preocupação especial com a continuidade na academia e que os alunos não estão focados para o que irão agregar para o desenvolvimento da sua cidade e região, como profissionais ou empreendedores.

Membro 7: {...}os formandos saem com pouca preparação para incidir na mudança de paradigmas que afetam o desenvolvimento regional {...}

Essas observações quanto a educação que os membros transmitem dão o entendimento que o empreendedorismo não é um foco para a área da educação e que deveria ser mais incentivado, independentemente do nível de educação que se menciona, todavia, esse empreendedorismo seria potencializador do desenvolvimento local e regional. Percebe-se que a base econômica está focada no setor agrícola, o qual vem se desenvolvendo nos últimos anos na região. Porém quanto a questão do desenvolvimento do setor industrial pode ocorrer certa estagnação no setor, como afirmam o Membro 8 e Membro 9:



Membro 8: O desenvolvimento se deu de forma mais evidente na área do agronegócio, no restante se verifica lentidão. A população não tem aumentado.

Membro 9: Nossa região teve um bom desenvolvimento nesses últimos anos, novas tecnologias, novos negócios, mas ainda falta muito para podermos ser uma regional reconhecida.

Portanto, o que vem alavancando o desenvolvimento da região do CODEMAU é o setor agrícola, nos demais pontos há deficiências a serem combatidas e essa relação se justifica quando não há crescimento populacional, um desenvolvimento geralmente atrai pessoas que vêm na esperança de uma qualidade de vida melhor, e o crescimento populacional da região não teve números significativos, com exceção do município de Frederico Westphalen, mas esse fica à mercê da sua população flutuante em decorrência das cinco instituições de ensino superior que se encontram no seu recorte. Se a agricultura é a base econômica regional, por outro lado os membros do CODEMAU entendem que as condições de infraestrutura regional deixam a desejar, necessitando investimentos que coloquem a região em destaque, que possibilitem seu reconhecimento em nível de Estado como região desenvolvida. Essas condições de infraestrutura são instalações de órgãos públicos que atendam a demanda e até as questões de estradas como diz o Membro 10:

Membro 10: O primeiro obstáculo do desenvolvimento é a infraestrutura, principalmente as estradas para o transporte de produção agrícola e industrial.

Há falta de estrutura nas rodovias que fazem a ligação entre as cidades, o investimento em malha asfáltica ainda é pequeno para interligar a região formada basicamente por municípios de pequeno porte, algumas cidades utilizam estradas de chão para fazer essa ligação. Ainda dentro dessa questão de infraestrutura não pode-se esquecer a precária situação que se encontra a saúde pública, com a falta de especialistas da área e de um hospital regional de representatividade, esses são alguns dos problemas mais apontados pelos membros do CODEMAU, como observa o Membro 11:

Membro 11: A maior problemática que vejo reside na questão da saúde. Não temos um hospital de referência. Os municípios, em geral, atuam na saúde considerada básica. A média e alta complexidade não é atendida pela região. Isso obriga os municípios e suas populações a buscarem centros maiores, impondo custos financeiros à sociedade. A questão de disponibilização de consultas



médicas e realização de exames de média e alta complexidade é um dificultador.

Essa falta de especialidades na área da saúde reflete não só na iniciativa privada, mas também na pública os municípios menores conseguem atender somente necessidades básicas, levando para grandes cidades, que, diga-se de passagem, não são dentro da região do CODEMAU, esse desinteresse dos profissionais e a dificuldade das instituições públicas estão ligadas ao principal problema da região apontado pelos membros do CODEMAU que é o emprego e a renda. Aqui cabe trazer as afirmações dos membros 12, 13 e 14:

Membro 12: A geração de emprego e renda é a principal problemática que deve ser atacada para que possamos alcançar índices melhores de desenvolvimento e conseqüentemente outros problemas seriam resolvidos.

Membro 13: Eu acho que o maior problema da região é o emprego e a renda, mas só melhora isso com o desenvolvimento da região, que depende de uma economia mais forte, que depende de infraestruturas melhores e conseqüentemente mais investimentos públicos nessas áreas.

Membro 14: Outra problemática ainda presenta na região diz respeito ao emprego, por não ser uma região com grandes empresas e indústrias, os postos de Trabalho e o salário não são atrativos, sendo que muitos jovens recém-formados nas universidades da região, vão em busca de novas oportunidades em cidades maiores, ficando muitas vezes, para a região apenas o passivo de ter qualificado e preparado esse jovem para o mercado de trabalho.

O que chama atenção aqui é a ligação de emprego e renda com os demais problemas expostos, mas de uma forma determinante, ou seja, sem oportunidade de trabalho com renda considerável é dificultoso segurar profissionais de algumas áreas na região, também parecem acreditar os membros que toda a falta de desenvolvimento regional considerável está ligada a questão da renda. Outro passivo interessante abordado é a questão do caminho inverso que os profissionais formados na região fazem, ao invés de muitos se estabelecerem na região acabam fazendo o caminho contrário indo para grandes centros de concentração populacional, ou para centros que ofereçam uma renda mais rentável, criando assim o passivo de reposição profissional na região em alguns setores.

Um problema na questão do desenvolvimento regional, é que se o CODEMAU possui capacidade de definir mesmo que de forma engessada as prioridades a serem investidas na região, deve haver um problema de funcionamento do conselho



dificultando as deliberações, esse problema é a questão da política partidária, que não deveria se confundir com políticas públicas que são ações governamentais, a problemática política partidária é apontada mais de uma vez como um problema que prejudica as deliberações estratégicas dentro do CODEMAU, isso é visível nas colocações do Membro 15 e Membro 16:

Membro 15: {...} Os gestores ou agentes políticos, principalmente os representantes legislativos não têm capacidade de avaliar as reais necessidades de cada município, esbarrando na SIGLA. Nos discursos de campanha, todos afirmam estarem imbuídos de propósitos coletivos ou comunitários, mas quando um projeto deve ser analisado com a seriedade que o assunto merece, surgem divergências ou afirmativas provocadas pelo ranço político.

Membro 16: {...} enquanto as equipes tiverem cunho político não haverá avanços significativos, porque o que uma administração a outra destrói e isso retarda o desenvolvimento em todas as áreas.

O exposto acima não deveria ser um problema que refletisse na região, esse problema político é um dos fatores que mais retarda o desenvolvimento, visto que a articulação política é necessária na busca de investimento da iniciativa privada e verbas oriundas do âmbito público. Os problemas na região do CODEMAU estão interligados o acontecimento ou detrimento de um, afeta o outro, porém se os membros do CODEMAU são capazes de identificar esses problemas os mesmos, também conseguem pensar nas propostas para alterar esse quadro de problemas e potencializar o desenvolvimento regional ou amenizar os impactos sociais negativos, isso através do CODEMAU.

POTENCIALIDADES DO CODEMAU PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Se os membros do CODEMAU identificam os problemas a nível regional, é perceptível que eles têm quase de bate pronto ideias para medidas que deveriam serem tomadas para amenizar os efeitos desses problemas e quais os pontos positivos poderiam ser explorados através ações do CODEMAU. A principal ação do CODEMAU e o papel que o CODEMAU cumpre de mobilizador dos segmentos sociais que são responsáveis pelo desenvolvimento regional, está ideia é contemplada pela fala do Membro 17:

Membro 17: Acredito que o CODEMAU tenha a função de mobilizador das lideranças dos diversos setores produtivos para a construção de ações conjuntas que integrem programas e políticas públicas com as demandas da sociedade regional.



Esse papel de mobilizador de diferentes segmentos sociais do CODEMAU deve ser explorado para fins de construir ações que estejam ao seu alcance e também repensar o papel dos COREDES como o CODEMAU, para tentar alterar esse modelo engessado. Diante das respostas analisadas no questionário foi possível elaborar um quadro onde contempla as possibilidades que os membros do CODEMAU entendem que este conselho poderia se envolver mais envolvido, seja incentivo, intermediando ou com algum outro tipo de ação específica, como relata o Membro 18:

Membro 18: As principais estratégias consistem em ampliar o processo de diversificação e intensificação, das atividades produtivas na agricultura familiar, como meio de gerar riqueza e renda, e também ampliar as atividades não agrícolas.

Deveria haver integração entre a produção e a industrialização, isso potencializaria ainda mais a agricultura e ampliaria a questão de desenvolvimento industrial, isso seria possível através projetos e pesquisas bem desenvolvidos nestas áreas, como menciona o membro 19:

Membro 19: Os projetos de desenvolvimento na área de educação e pesquisa devem receber investimento, principalmente se forem nas áreas com grande potencial na região como agropecuária e produção de alimentos de forma sustentável para não denegrir o meio ambiente.

Essas verbas de investimento devem ser buscadas junto aos poderes estadual, federais, iniciativa privada e se necessário complementado pelos municípios, e para isso o CODEMAU deveria aproveitar a aglomeração política que faz dentro do conselho que possui membros políticos das mais diferentes siglas. O CODEMAU deve aproveitar os mais diferentes membros dos segmentos sociais para fazer indicações ou sugestões técnicas e não políticas ao tenham cargos de caráter técnico, assim afirma o Membro 20:

Membro 20: precisamos também ter gente competente para cada setor, com habilidades no mercado de trabalho e não por indicações.

Essa afirmação reflete um dos males da gestão pública e que reflete em qualquer tipo de desenvolvimento hoje em dia, a falta de escolha técnicas que foi tomada por indicações de afinidade política afeta o conduzir das propostas de



desenvolvimento, visto que pessoas fora das suas áreas de conhecimento poderão ter imensas dificuldades para elaborar ou promoverem ações de desenvolvimento.

Outro fator que o CODEMAU deve tentar explorar ou incentivar de formas mais agudas, são parcerias público-privadas, chamar os empresários e a sociedade civil ao diálogo mais abrangente e mostrar que o não investimento ou a falta de parceria reflete diretamente em empresas privadas não são em serviços públicos, esse também é o pensamento do Membro 21, que afirma:

Membro 21: O CODEMAU deve atuar como mobilizador das lideranças regionais e movimentar os empresários dos diversos setores produtivos para a construção de um plano de ações conjuntas que integrem programas e políticas públicas dos municípios e da sociedade civil.

Estas parcerias público-privadas se incentivadas poderiam agregar desenvolvimento em vários setores específicos, por exemplo, o CODEMAU, poderia chamar as cinco universidades existentes na região, para debate apresentando-as os estudos que já possui e pedir a contrapartida através de ações efetivas que as universidades poderiam tomar para amenizar algumas áreas subdesenvolvidas na região. Fomenta-se as parcerias com o setor privado, tiraria a dependência extrema apontada em relações a verbas públicas e também teriam caráter mais técnico do que político. Neste momento deve-se esclarecer que as respostas são oriundas da pesquisa no ano de 2015, e exatamente esse trabalho como proposta do Governo Estadual teve início no ano de 2016, junto com as instituições de ensino e pesquisa, tal como a parceria público-privada na formulação de planos estratégicos regionais.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa buscou demonstrar na percepção dos representantes da sociedade de que forma se poderia otimizar a atuação do CODEMAU. Para tanto, fez uso de pesquisa de caráter qualitativa apoiada em dados documentais e bibliográficos, realizada através do método indutivo-dedutivo, analisando dados oriundos de 70 questionários oriundos do trabalho de tese de doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, os quais foram aplicados no ano de 2015. Os questionários foram respondidas pelos Membros do CODEMAU. Na análise utilizou-se o método de recorte textual para melhor demonstrar a real percepção que os agentes possuem



quanto ao CODEMAU. Essa pesquisa de método indutivo- dedutivo, sobre as percepções que os membros do CODEMAU, possuem quanto às ações do conselho, transparece que os membros estão cientes dos problemas que afligem a região e que acabam impedindo o desenvolvimento pleno da região.

Os envolvidos sentiam que o CODEMAU está engessado quanto às questões do governo de Estado e a questões políticas, sendo que se de um lado o governo apresenta o orçamento de forma inflexível para aplicação em outras áreas que o CODEMAU entende ser mais necessários, por outro lado a questão política partidária interna no conselho impede uma atuação mais forte e unificada deste conselho. Entendem que a formação em esferas educacionais deve acontecer de forma a incentivar o empreendedorismo, pois assim seria uma válvula de escape a dependência de recursos públicos que hoje existe, quase uma autossuficiência em alguns setores da sociedade.

Para tanto, entende-se que tanto os COREDES como o CODEMAU deveriam ter uma autonomia ampliada tanto na sua forma de agir quanto na destinação de recursos para observações feitas pela sociedade regional e não pelos projetos de governos defasados. Todavia, esse aumento de autonomia, a parceria com as Instituições de Ensino e Pesquisa, as parcerias Público-Privada através dos Planos Estratégicos ocorrerá nesse ano de 2017.

Pois, com a proposta da nova metodologia que prevê simplificar o processo e privilegiar projetos regionais através do planejamento estratégico, o qual já foi repassada aos membros no ano de 2016 e será aplicada no ano de 2017, para sanar a lacuna da consulta popular, a qual havia perdido o foco no desenvolvimento regional e acabou por atender problemas emergentes de obrigação da rubrica do Estado como educação, saúde e segurança.

REFERÊNCIAS

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **COREDES**. Disponível em: <[http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/COREDES_RFs_grande_2013\(5\).pdf](http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/COREDES_RFs_grande_2013(5).pdf)>. Acesso em: 03 Fev. 2016.



BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional.** Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_630.pdf>. Acesso em: 06, Mar. 2015.

BILERT, Vania Silva de Souza; PERONDI, Miguel Ângelo; PEREIRA, André Alves; TERNOSKI Simão. **A Contribuição do Capital Social para o Desenvolvimento Local Sustentável.** Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR - v. 11 - n. 21 - 2º sem. 2011 - p. 29 a 42 - ISSN 1679-348X.

BOISIER, S. **Desenvolvimento.** In: SIENDENBERG, D. R. (org.). Dicionário do desenvolvimento regional – Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

CODEMAU – Conselho Regional de Desenvolvimento Regional. In.: GIRARDI, E. (Org.) et al. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional.** Disponível em: <<http://www.codemau.org.br/>>. Acesso em: 11, Jul. 2016.

COELHO, João Gilberto Lucas; FRIZZO, Paulo Afonso; MARCONDES, Valéria. **PRÓ-RS IV – Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2011-2014).** Disponível em <<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=ZLSG7-e8ceE%3D&tabid=5363&mid=7972>> Acessado em 18 de abril de 2017.

COREDES. Pro-RS IV. **Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: Passografic, 2010.

FRIEDMANN, J. **Empowerment** – The politics of alternative development. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População por município.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=430850&lang=>>>. Acesso em: 12, Mai. 2017.

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



RIO GRANDE DO SUL. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Assembleia Legislativa, Rio Grande do Sul, 03 de outubro de 1989. Disponível em

<http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=Htrjy5ZSTUk%3d&tabid=3683&mid=5359>> Acessado em 20 de abril de 2017.

SCHULTZ. T. W. **Capital Humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

SEPLAG - Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 2015. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 02, Mar. 2016.

SIEDENBERG, D. R. (Org.) **Desenvolvimento sob Múltiplos Olhares**. Ijuí. Ed. Unijui, 2012.